

SUITING 3240MIZ

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

25/01/2017

Disponível no site http://www.sintius.org.br

Força e Sindicato dos Aposentados farão ato por mudanças na reforma da Previdência

A Força Sindical e o Sindicato Nacional dos Aposentados farão hoje uma manifestação por mudanças no texto da reforma da Previdência. Entre as alterações que a central e o sindicato reivindicam está acabar com a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e

mulheres.

O ato será realizado das 9 às 13 horas na rua do Carmo, próximo à Estação Sé do metrô, em São Paulo. Os dirigentes sindicais vão explicar aos trabalhadores e aposentados quais as alterações que propõem para mudar a proposta do governo.

"Não vamos permitir

a retirada de direitos", declara Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, que também é deputado federal pelo Solidariedade-SP. Paulinho e os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Adalberto Galvão (PSB/BA) e Rogério Rosso (PSD/RJ) apresentaram uma emenda na Câmara

fixando a aposentadoria para as mulheres aos 58 anos e, para os homens, aos 60 anos de idade.

"Em fevereiro vamos pressionar os parlamentares para atender às reivindicações dos trabalhadores", disse João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

Temer endurece regras para concessão do seguro-defeso

Fonte do clipping: Jornal Diário do Litoral - 25/01/2017

O presidente Michel Temer alterou os critérios para concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores durante o período de defeso, quando a pesca é suspensa para proteger a reprodução de espécies ameaçadas. De acordo com decreto publicado no Diário Oficial (DOU) desta terça-feira, 24, a concessão não será paga quando houver alternativas de pescas nos municípios alcançados pelos períodos de defeso. O Ministério da Agricultura definirá as espécies que são objeto de medida de proteção à reprodução e se há alternativas de pesca disponíveis. Além disso, a pasta avaliará periodicamente a efetividade dos períodos de defeso para a preservação das espécies. Também está previsto que o INSS poderá, a qualquer tempo, convocar o pescador para apresentação de documentos que comprovem preencher os requisitos para a concessão do benefício. O trabalhador poderá ainda ter que fazer um curso de formação ou qualificação profissional durante o período de pagamento do seguro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 25/01/2017

Construção encerra 2016 com queda

A indústria da construção encerrou 2016 com queda na atividade e no emprego. De acordo com a Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice que mede o nível da atividade caiu de 39,3 pontos em novembro para 37,9 pontos em dezembro. Pela metodologia da pesquisa, números abaixo de 50 indicam queda. Em dezembro do ano passado, o índice estava em 33,3 pontos. O nível de emprego passou de 36,8 pontos em novembro para 36 pontos em dezembro. No último mês de 2015, o número estava em 33 pontos. Já o uso da capacidade instalada se manteve em 56% no último mês do ano passado - era 55% em 2015. "O porcentual está 6 pontos percentuais abaixo da média histórica para o mês de dezembro", observa pesquisa.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 25/01/2017

Movimento faz "abraçaço" ao prédio da Previdência Social contra reforma no setor

No Dia Nacional dos Aposentados e no Dia da Previdência Social, lembrados nesta terça-feira (24), o movimento "A Previdência é nossa! Pelo Direito de se Aposentar!" reuniu representantes de confederações, associações e sindicatos numa espécie de "abraçaço" ao prédio da Previdência Social em Brasília, contra a reforma proposta pelo governo federal para o setor. "É um ato que demonstra a unidade da classe trabalhadora, dos servidores públicos e da iniciativa privada contra a proposta de desmonte da seguridade social", disse o presidente do Sindicato dos Servidores da Controladoria-Geral da União e do Tesouro Nacional, Felipe Leão.

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Roberto Kupski, garantiu que o movimento realiza "forte trabalho" no Congresso Nacional para mostrar aos parlamentares o que chamou de injustiça imposta a trabalhadores brasileiros. "O país precisa valorizar o trabalhador e é isso que vamos fazer a partir desse movimento que hoje se inicia", disse. "Chega de enriquecer bancos e perder direitos dos trabalhadores duramente conquistados", completou.

Ainda durante a mobilização, o presidente do Instituto Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, Edison Haubert, se referiu à reforma da previdência proposta pelo governo federal como um "aniquilamento" de servidores públicos brasileiros. "Todos somos contrários à forma como estão querendo que o Congresso aprove [a proposta], ou seja, a toque de caixa", destacou. "Estão apenas aguardando o início dos trabalhos legislativos para poder empurrar goela abaixo. Quem vai sofrer as consequências é a própria sociedade brasileira", disse Haubert.

Fonte: Agência Brasil - http://www.cnti.org.br/noticias.htm

Mais de um milhão de trabalhadores ficam sem o seguro-desemprego

As normas mais rigorosas do seguro-desemprego geraram uma economia de R\$ 3,8 bilhões no ano passado, informou nesta segunda-feira (23) o Ministério do Trabalho. Segundo o órgão em 2015 e 2016, 14,6 milhões de pessoas solicitaram o seguro-desemprego. Se estivessem em vigor as regras anteriores, o número seria de 15,7 milhões, segundo estimativas da Pasta. Ou seja, com a mudança nas exigências mais de um milhão de trabalhadores (1.135.444) ficaram sem o benefício. Foram desembolsados R\$ 70,4 bilhões nesses dois últimos anos. O gasto teria sido de R\$ 74,3 bilhões caso não tivessem ocorrido as alterações.

Antes de 2015, uma pessoa demitida podia pedir o seguro-desemprego pela primeira vez se tivesse pelo menos, seis meses de trabalho formal antes da demissão. Com a alteração, o tempo mínimo de trabalho subiu para 12 meses trabalhados no último ano e meio. Para o segundo pedido, são necessários nove meses de trabalho nos últimos 12 meses anteriores à dispensa. Nas demais solicitações, a carência é de seis meses de trabalho.

Somente em 2016, os pagamentos do seguro-desemprego totalizaram R\$ 36,7 bilhões. De acordo com o ministério, 93,4% dos trabalhadores que pediram o benefício foram contemplados. O seguro foi pago a mais de 7 milhões de trabalhadores com carteira assinada, quase 138 mil empregados domésticos e 558 mil pescadores artesanais. Além disso, 740 pessoas retiradas de situação de trabalho forçado ou análoga à de escravo também tiveram direito ao benefício.

Fonte: Estadão - http://www.cnti.org.br/noticias.htm